



## CLASSES BILÍNGUES NA EDUCAÇÃO BÁSICA: O ALUNO SURDO EM CONTEXTO EDUCATIVO

Clarice Alves dos Santos <sup>1</sup>

### RESUMO

A linguagem é responsável ainda pela formação do homem enquanto sujeito. É por meio dela que ele existe como ser, se expressa com o outro, cria algo, se comunica e se faz compreender. Por viver em sociedade e não isoladamente, o indivíduo se apropria da língua como forma de interação. Não é diferente entre os surdos, que, mesmo sendo um grupo minoritário, precisa da língua como instrumento de comunicação e aquisição de conhecimentos. Dessa forma, esta pesquisa buscou, de modo bibliográfico, analisar as teorias que versam sobre as classes bilíngues que atendem alunos surdos no contexto educativo. Assim, percebeu-se que há a necessidade de um ensino que favoreça o desenvolvimento psíquico, visando à formação dos surdos.

**Palavras-chave:** Classes Bilíngues; Aluno Surdo; Educação Básica.

### RESUMEN

El lenguaje también es responsable de la formación del hombre como sujeto. Es a través de ella que él existe como ser, se expresa con el otro, crea algo, se comunica y se hace entender. Al vivir en sociedad y no de forma aislada, el individuo se apropia del lenguaje como forma de interacción. No es diferente entre los sordos, quienes, a pesar de ser un grupo minoritario, necesitan el lenguaje como instrumento de comunicación y adquisición de conocimientos. Así, esta investigación buscó, de manera bibliográfica, analizar las teorías que se ocupan de las clases bilingües que atienden a estudiantes sordos en el contexto educativo. Así, se notó que existe la necesidad de una enseñanza que favorezca el desarrollo psíquico, apuntando a la formación de sordos.

**Palabras clave:** Clases bilingües; Estudiante Sordo; Educación básica.

### ABSTRACT

Language is also responsible for the formation of man as a subject. It is through her that he exists as being, expresses himself with the other, creates something, communicates and makes himself understood. By living in society and not in isolation, the individual appropriates the language as a form of interaction. It is no different among the deaf, who, even though they are a minority group, need language as an instrument of communication and knowledge acquisition. Thus, this research sought, in a bibliographical way, to analyze the theories that deal with bilingual classes that serve deaf students in the educational context. Thus, it was noticed that there is a need for a teaching that favors psychic development, aiming at the formation of the deaf.

**Keywords:** Bilingual Classes; Deaf Student; Basic Education.

---

<sup>1</sup> Mestra pela Universidade Interamericana - PY. Possui graduação em Pedagogia pelo Instituto Educacional do Espírito Santo (2007) e especialização em Especialização em Língua Brasileira de Sinais pelo Instituto Educacional do Espírito Santo (2007).  
e-mail: clariceA848@gmail.com



## INTRODUÇÃO

Os alunos surdos atendidos em classes bilíngues, conforme o entendimento de Alves et al (2019, p. 144), a educação bilíngue é direcionada por política linguística que reconhece a “língua de sinais” como língua de interação entre surdos e ouvintes e, com base nessa premissa, o ensino de Língua Portuguesa, em sua modalidade escrita, se estabelece a partir da conjuntura metodológica – enquanto segunda língua –, permeando os espaços educacionais que atendem aos surdos brasileiros. Assim, a “língua de sinais” é reconhecida legalmente como a primeira língua de acesso aos conhecimentos por este grupo – entendida como a língua natural da comunidade surda brasileira.

De acordo com Correia (2018, p. 2), a educação de pessoas surdas é um tema bastante relevante. Pesquisas recentes desenvolvidas no Brasil e no exterior indicam que um volume significativo de estudantes surdos, que passaram por vários anos de escolarização, apresenta competências para aspectos acadêmicos muito aquém do desempenho de estudantes ouvintes, apesar de suas capacidades cognitivas serem semelhantes. Isso torna evidente a inadequação do sistema de ensino, revelando a urgência de medidas que favoreçam o desenvolvimento pleno destas pessoas, bem como o acesso ao currículo respeitando a língua materna.

Diante disso, o estudo aqui proposto se justifica, pois é importante contribuir – mesmo que minimamente – para a evolução do debate acerca da educação bilíngue de surdos cujos resultados podem influenciar nas políticas relacionadas ao ensino público bilíngue para surdos.

## CLASSES BILÍNGUES NA EDUCAÇÃO BÁSICA

O Decreto nº 5.626/2005 que regulamentou a lei nº 10.436/2002 para a educação especial de surdos assegura as classes bilíngues na Educação Básica. O art. 22 preconiza:

As instituições federais de ensino responsáveis pela educação básica devem garantir a inclusão de alunos surdos ou com deficiência auditiva, por meio da organização de:



I – escolas e classes de educação bilíngue, abertas a alunos surdos e ouvintes, com professores bilíngues, na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental;

II – escolas bilíngues ou escolas comuns da rede regular de ensino, abertas a alunos surdos e ouvintes, para os anos finais do ensino fundamental, ensino médio ou educação profissional, com docentes das diferentes áreas do conhecimento, cientes da singularidade linguística dos alunos surdos, bem como com a presença de tradutores e intérpretes de Libras – Língua Portuguesa.

§ 1º São denominadas escolas ou classe de educação bilíngue aquelas em que Libras e a modalidade escrita da Língua Portuguesa sejam línguas de instrução utilizadas no desenvolvimento de todo o processo educativo.

§ 2º Os alunos têm direito à escolarização em um turno diferenciado ao do atendimento educacional especializado para o desenvolvimento de complementação curricular, com utilização de equipamentos e tecnologias de informação.

§ 3º As mudanças decorrentes da implementação dos incisos I e II implicam a formalização pelos pais e pelos próprios alunos, de sua opção ou preferência pela educação sem o uso de Libras.

§ 4º O disposto no § 2º deste artigo deve ser garantido também para os alunos não usuários de Libras (BRASIL, 2002).

Além disso, prega, no art. 23, que a Educação Básica deve possibilitar aos alunos surdos um tradutor e intérprete de LIBRAS para que haja:

Língua Portuguesa em sala de aula e em outros espaços educacionais, bem como equipamentos e tecnologias que viabilizem o acesso à comunicação, à informação e à educação.

§ 1º Deve ser proporcionado aos professores acesso à literatura e informações sobre a especificidade linguística do aluno surdo.

§ 2º As instituições privadas e as públicas dos sistemas de ensino federal, estadual, municipal e do Distrito Federal buscarão implementar as medidas referidas neste artigo como meio de assegurar aos alunos surdos ou com deficiência auditiva o acesso à comunicação, à informação e à educação (BRASIL, 2002).

Sendo assim, deve haver a oferta de educação bilíngue em LIBRAS, como primeira língua, e na modalidade escrita da Língua Portuguesa, como segunda língua, em escolas e classes bilíngues e em escolas inclusivas.

## **A FORMAÇÃO DO PROFESSOR DE LIBRAS PARA CLASSES BILÍNGUES**

Segundo o art. 5 do Decreto nº. 5.626 de 2005, a formação do professor para o ensino de LIBRAS, na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental, deve ser realizada em curso de Pedagogia ou normal superior, em no qual a LIBRAS e a Língua Portuguesa, na forma escrita, sejam usadas como línguas de instrução, viabilizando a formação bilíngue. Assim sendo:



§ 1º Admite-se como formação mínima de docentes para o ensino de Libras na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental, a formação ofertada em nível médio na modalidade normal, que viabilizar a formação bilíngue, referida no caput.

§ 2º As pessoas surdas terão prioridade nos cursos de formação previstos no caput (BRASIL, 2005).

No art. 6, do referido Decreto, a formação do instrutor de LIBRAS, em nível médio, deve ser realizada por meio de:

I – cursos de educação profissional;

II – cursos de formação continuada promovidos por instituições de ensino superior; e

III – cursos de formação continuada promovidos por instituições credenciadas por secretarias de educação.

§ 1º A formação do instrutor de Libras pode ser realizada também por organizações da sociedade civil representativa da comunidade surda, desde que o certificado seja convalidado por pelo menos uma das instituições referidas nos incisos II e III.

§ 2º As pessoas surdas terão prioridade nos cursos de formação previstos no caput (BRASIL, 2005).

Contudo, no ensino superior, o professor, que não tiver o diploma de graduação ou pós-graduação em LIBRAS, deve ser usuário dessa língua com curso de pós-graduação ou com formação superior e apresentar certificado de proficiência em LIBRAS; se instrutor, deve ser usuário dessa língua com formação de nível médio e com certificado obtido por meio de exame de proficiência em LIBRAS; e, se professor ouvinte bilíngue de LIBRAS e Língua Portuguesa, deve ter pós-graduação ou formação superior, apresentando certificado obtido por meio de exame de proficiência. (BRASIL, 2005). Nos dois últimos casos, as pessoas surdas terão prioridade para ministrar a disciplina de LIBRAS.

Além disso, a certificação de proficiência promovida pelo Ministério da Educação habilita o instrutor ou o professor para a função docente.

Sabe-se que há muitas discussões acerca da inserção de alunos surdos no ambiente escolar e que é crescente o número de pessoas que faz parte dessa realidade. Embora sejam sujeitos com direitos e que apresentem singularidades em sua forma de comunicação, dentre outras, a comunidade escolar ainda não mostra envolvida e preparada para lidar com esses indivíduos adequadamente.

Os professores desconhecem, muitas das vezes, as formas de ensinar os seus alunos surdos de modo que adquiriram conhecimentos. O que se observa com frequência é que, nos ambientes regulares de ensino, “os professores não



são e nem recebem treinamentos para serem capacitados a ministrar aulas para alunos surdos.”. Por isso, se tornam “frustrados por não compreenderem o que está sendo repassado” (SILVA ET AL., 2015, p. 9).

É preciso que os professores aprendam e criem formas de ensino que sejam eficazes e contextualizadas às especificidades linguísticas, de aprendizagem, apreensão e de desenvolvimento do aluno surdo. Ao ensinar a LIBRAS, como primeira língua, deve buscar materiais próprios para o ensino que, aliados às ideias do aluno surdo, se tornem métodos, estratégias e atividades mais eficazes para a instrução do surdo na sua língua materna. Essa é a proposta de Quadros (2000, p. 60) quando reforça que “os textos produzidos pelos alunos em sinais e literatura geral em sinais são fontes essenciais para o desenvolvimento desse processo”.

Com relação ao ensino de Língua Portuguesa, como segunda língua, o docente tem o desafio de buscar entender como o aluno surdo formula seus conceitos de apropriação da nova língua e levar atividades pautadas na interação. A exploração de recursos visuais, como imagens, jogos e elementos lúdicos fará com que o aluno surdo tenha mais interesse pelas aulas (SILVA ET AL., 2015).

Entende-se, portanto, a importância de o professor ressignificar sua prática que, por muito tempo, ficou pautada nos modelos orais. Caso não haja uma boa interação entre a escola, principalmente os professores, e a comunidade surda, há o risco de esses alunos deixarem o ensino.

## **A LEITURA E A ESCRITA EM LÍNGUA PORTUGUESA DO ALUNO SURDO**

Os alunos surdos são alocados em salas de aula de ensino regular com alunos ouvintes e professores que, além de não terem conhecimento de LIBRAS, não buscam metodologias que os incluam no contexto escolar. Assim, fica complicado acompanhar a turma mesmo com um intérprete por perto.

Em vez de os professores utilizarem metodologias apropriadas para o aluno surdo, é este que tem que se adaptar à realidade. Isso cria uma carência na alfabetização, fazendo crescer o número de alunos surdos sem aptidão para ler e escrever (SILVA; ARAÚJO, 2017).

Por isso, Silva e Araújo (2017, p. 16450) entendem que a LIBRAS deve ser ensinada como língua de instrução e a Língua Portuguesa como de



desenvolvimento, visando auxiliar o aluno surdo com outras disciplinas. Nessa perspectiva, o Português contribui na relação com outras disciplinas que exigem leitura e conhecimento de mundo. Entretanto, os professores teriam que ser capacitados a conversar com seus alunos em LIBRAS e relacionar aos conteúdos abordados.

Nesse sentido, o aluno surdo precisa saber, antes de tudo, de acordos com os postulados de Silva e Araújo (2017) que a “sua língua materna, LIBRAS, para obter um bom rendimento através da assimilação com a Língua Portuguesa, sob condição de que o professor se aproprie de metodologias inclusivas.” (SILVA; ARAÚJO, 2017, p. 16450).

O fato de a população ser, em sua grande maioria, composta por ouvintes, faz com que não se interesse pela aprendizagem da Língua de Sinais. Ademais, os gêneros que são mais usados na atualidade se voltam prioritariamente ao público ouvinte. Então, observa-se que, para o surdo se comunicar, deve ser capaz de usar a escrita para interagir na comunidade. Através dela, poderá ler sobre as diversas informações divulgadas no seu país e no mundo, bem como escrever em Língua Portuguesa para ser entendido e inserido na sociedade.

Silva e Araújo (2017, p. 16450) afirmam que:

[...] para a prática desse conhecimento, o aluno deve, primeiramente, ser alfabetizado na sua língua natural, com explicitado acima, pois ele partirá de um conhecimento prévio adquirido, através das sinalizações que representam o sistema social, para uma nova língua. Sendo assim, se o surdo for alfabetizado desde a infância, obterá um bom rendimento que o ajudará na compreensão e produção da escrita do português (SILVA E ARAÚJO, 2017, p.16450).

Gesser (2009) concorda que:

[...] para dar conta das questões educacionais na formação do surdo, inclusive a aprendizagem da língua portuguesa em sua modalidade escrita, há necessidade de inverter a lógica praticada até então nos ambientes escolares e afirmar: os professores ouvintes de crianças surdas é que precisam saber a LIBRAS para poder educá-las (GESSER, 2009, p. 59).

Para Silva e Araújo (2017), adquirir fluência na leitura e na escrita é um processo de aquisição de Língua Portuguesa duradouro. Explica que:



[...] a leitura tem um papel importante na aquisição da linguagem, pois ela serve para abrir horizontes intelectuais, possibilitando o aluno assumir uma postura crítica diante da sociedade. A escrita dispõe de um instrumento para a comunicação tanto presencial quanto virtual como podemos observar através de cartas, bilhetes, dissertações, conversas via email, Whatsapp ou mensagem, formando um ciclo de interação com pessoas tanto ouvintes quanto surdas (SILVA; ARAÚJO, 2017).

É relevante que o ensino seja direcionado à leitura e escrita para que os alunos surdos concluam a educação básica alfabetizados. Com isso, poderão se comunicar com a sociedade e se atualizar sobre os acontecimentos sociopolíticos e científicos do mundo.

Além disso, poderão também usufruir das mesmas oportunidades que as pessoas ouvintes, como o ingresso nas universidades e nos concursos públicos. Com métodos de ensino apropriados e apoio familiar dos alunos surdos, melhores condições serão dadas a eles de forma que entendam o mundo pela leitura e escrita, tendo, assim como os ouvintes, um espaço digno na comunidade. (SILVA; ARAÚJO, 2017, p. 16448).

## **A LEITURA E A ESCRITA EM LIBRAS DO ALUNO SURDO**

A Língua de Sinais é a primeira língua do surdo e, por isso, representa a palavra da língua oral, uma vez que o possibilita se comunicar com os outros de mesma natureza e, também, com os demais que usam a Língua Portuguesa, mas não sabem LIBRAS (SILVA; CÓRDULA, 2017).

O oralismo ocorre desde o século XVIII, período em que surgiu na Europa, para que o surdo pudesse se socializar e, posteriormente, evoluiu para a Língua de Sinais. Na maioria das vezes, o surdo se submete a aprender a Língua Portuguesa como segunda língua para promover interação e não ficar isolado nos diferentes ambientes.

No início do século XIX, os sinais gestuais passaram a ser usados como forma de comunicação entre surdos e entre surdos e ouvintes, consistindo em gramática, semântica, fonêmica etc. próprias e complexas. (STUMPF, 2005, p. 51 *apud* SILVA; CÓRDULA, 2017).

Contudo, as pessoas surdas sentem que os ouvintes não se importam muito em conhecer sua linguagem por se tratar de uma escrita em forma de símbolos e, principalmente, por não terem obrigação de aprender. “Com isso,



são forçadas a se adaptar a uma linguagem que não é natural delas e com que possuem muitas dificuldades para entender e utilizar” (ROCHA, 2003 *apud* SILVA; CÓRDULA, 2017).

A dificuldade que as pessoas encontram com a leitura e escrita em LIBRAS, ou seja, com a alfabetização na Língua de Sinais, se dá devido à ideia enraizada pelo senso comum de que aprender a ler e a escrever significa decifrar códigos escritos.

A escrita de sinais possui símbolos próprios de “gestos com as mãos (posição das mãos, rotações, posição dos dedos e movimentos), faciais (olhos e boca) e a rotação da cabeça, ombros e demais partes do corpo (...) que, combinados, promovem a formação da linguagem escrita.” (SILVA; CÓRDULA, 2017).

Rocha (2003, p. 28-29) explica que esse sistema de escrita de sinais é “complexo e adaptável às gramáticas das línguas de sinais.”. Silva e Córdoba (2017) esclarecem que as escolas devem, “além de incorporar a língua de sinais em seu sistema de ensino como elemento de inclusão (...) no caso específico dos Surdos, propiciar o contato e o ensino da escrita de sinais como elemento inerente à sua comunidade e à sua cultura.”.

Os símbolos gráficos são uma representação da língua e se constituem uma forma de escrita ao representar o pensamento de um grupo. No caso dos surdos, entende-se que esse sistema pode ser eficiente, se servir para a comunicação diária, entre os surdos e ouvintes, “tirando do plano do transitório suas ideias, valores, produções artísticas, entre tantas outras coisas.” (IESDE BRASIL, 2021).

Ao possibilitar aos surdos o acesso a uma língua escrita deles, permite à criança, por exemplo, maior desenvolvimento cognitivo, pois “poderá ser alfabetizada em sua própria língua sem precisar da intervenção do português escrito”. Além disso, “significa ter condições necessárias para um ensino bilíngue, pois a criança poderá aprender o português escrito a partir da escrita de sinais”. (IESDE, 2021).

Portanto, por questões sensoriais, a LIBRAS se torna mais disponível aos alunos surdos, pois é adquirida em imersão linguística, isto é, na convivência espontânea com usuários da mesma língua.



## RECURSOS DIDÁTICOS PARA EDUCAÇÃO DO ALUNO SURDO EM CLASSES BILÍNGUES

De acordo com o Decreto nº. 5626/05, nas escolas ou classes bilíngues, não somente a LIBRAS, mas também a modalidade escrita da Língua Portuguesa é a língua de instrução usada no sistema educacional dos surdos. Assim sendo, é preciso pensar em recursos didáticos que contemple a proposta bilíngue para a educação desse público.

Contudo, desde o início da história e da cultura surda, há carência de material bilíngue e de recursos tecnológicos nas escolas. Enquanto os alunos ouvintes possuem diversos livros, materiais didáticos e paradidáticos disponíveis para sua aprendizagem, os surdos contam com uma escassez de materiais bilíngues, visto que ainda há poucas editoras voltadas para esta linha de produção. (ANDREIS-WITKOSKI; DOUETTES, 2014, p. 46).

Os autores afirmam que o professor deve usufruir dos recursos disponíveis a ele, como “publicações bilíngues de literatura surda e o Jornal Visual.”. (ANDREIS-WITKOSKI; DOUETTES, 2014, p. 46). Os textos imagéticos devem ser usados como recurso didático nas classes bilíngues como uma nova forma de conceber o ensino dos surdos.

No entanto, muitos professores desconhecem os materiais bilíngues existentes, além de se negarem a futuras mudanças, inclusive, no uso de recursos tecnológicos. Embora o Decreto nº. 5626/05 preconize a utilização de tecnologias, o costume de usar apenas o quadro-negro, por exemplo, faz com que o professor não busque por inovações e dinamismos em suas aulas. (ANDREIS-WITKOSKI; DOUETTES, 2014, p. 46).

Nesse cenário, há, ainda, uma preocupação dos autores com relação à prática avaliativa para a educação do surdo. Como afirmam:

[...] na disciplina da Libras em escolas de surdos, a avaliação muitas vezes se dá, quase que exclusivamente, por meio de provas em Língua Portuguesa escrita, prática avaliativa que se repete também em grande parte das outras disciplinas. Assim, é possível refletir que, enquanto os alunos ouvintes têm acesso a inúmeras referências bibliográficas em Língua Portuguesa para realizar suas produções, esta prática de estudar e produzir pela própria língua, e avaliar o processo coletivamente, se constitui como estratégia de ensino praticamente inexistente dentro das escolas surdas, em função do acesso restrito às diversas possibilidades de leitura de diferentes textos visuais ou de solicitar a produção de textos na Libras para e pelos educandos. (ANDREIS-WITKOSKI; DOUETTES, 2014, p. 46).



Para as atividades inclusivas, nas aulas, Salviano (2014) propõe o uso de dicionários de LIBRAS e Língua Portuguesa como material didático por ser uma maneira efetiva de ensino aos alunos surdos. Sendo assim, para as aulas de Língua Portuguesa de Ensino Fundamental e Médio, sugere o trabalho com ampliação de repertório lexical, incluindo a aquisição de sinônimos.

Brasil (2016), por sua vez, esclarece, em seu trabalho, que estratégias de ensino devem ser adotadas para a educação de surdos, tais como pinturas nos muros e no pátio da escola, bem como apresentação de slides, tendo em vista que a pintura é enriquecedora, inclusive, para tratar sobre temas como o *bullying*, contribuindo, assim, para o aprendizado do surdo no ensino de Língua Portuguesa escrita.

Silveira e Campello (2015) esclarecem que o glossário de Português em LIBRAS também é um dos recursos didáticos que pode ser usado, pois, mesmo focando na LIBRAS, ainda é trabalhado imparcialmente. Afirmam que, por meio do glossário, é possível “explicar termos da Língua Portuguesa em LIBRAS com o auxílio visual de imagens e vídeos, termos específicos de disciplinas e também termos da Língua Portuguesa em geral, assim como expressões idiomáticas e polissêmicas.”. (SILVEIRA; CAMPELLO, 2015, p. 227).

Quadros e Schmiedt (2006) compreendem que o uso de dicionário bilíngue é também relevante, porém, para este trabalho, é preciso que haja a participação de surdos fluentes em LIBRAS no que se refere à elaboração e revisão desse material. O dicionário de Língua Portuguesa serve, então, para facilitar a aprendizagem e a aquisição do vocabulário dessa segunda língua.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Conclui-se que a educação bilíngue se torna uma alternativa para atender às necessidades linguísticas dos surdos no que concerne à aprendizagem de duas línguas, assegura a formação da identidade e edifica o aluno surdo como um cidadão. Tudo o que o aluno surdo aprende na escola deve ser compartilhado nas duas línguas, já que são línguas de instruções em busca de formações. Não cabe tratá-los como deficientes e separá-los dos demais. É fundamental uma educação diferenciada que garanta ao sujeito surdo o conhecimento de duas



línguas por meio da aprendizagem da Língua de Sinais, como primeira língua, e do português escrito, como segunda língua.

A família é de grande relevância para a aquisição da língua materna e da segunda língua, tendo em vista que a convivência em um “ambiente oralista diferente daquele necessário para o seu desenvolvimento linguístico, priva o surdo de inúmeros progressos, seja na vida social ou escolar.”. (NETO; MORI, 2012, p. 3).

De acordo com Alves, Santos, Miranda e Almeida (2019, p. 144), o tempo adequado de exposição ao ambiente bilíngue é essencial para o sucesso no desenvolvimento das crianças surdas. Em outras palavras, quanto mais cedo a criança for inserida nesse contexto, mais chances de crescer e avançar em suas potencialidades, pois o contato com seus pares surdos, falantes de LIBRAS, é potencializado, auxiliando o resultado.

A educação bilíngue se faz necessária para incluir a população surda nos diferentes espaços sociais, já que, nas comunidades de ouvintes, não há condições linguísticas que favoreçam a participação dos surdos no mesmo território geográfico. Daí a importância de se pensar em uma transformação no contexto educacional a fim de que atenda às demandas das minorias surdas e em políticas públicas que abarquem as necessidades desses indivíduos, sobretudo em ambientes onde eles não são majoritários.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Francislene Cerqueira; SANTOS, Anabela Cruz; MIRANDA, Theresinha Guimarães; ALMEIDA, Wolney Gomes. **Educação bilíngue para pessoas com surdez: do que estamos falando e como acontece no Brasil**. Vila Nova de Gaya: FAPESB, 2019.

ANDREIS-WITKOSKI, S; DOUETTES, B. B. Educação bilíngue de surdos: implicações metodológicas e curriculares. In: ANDREIS-WITKOSKI, S; FILIETAZ, M. R. P (Orgs). **Educação de surdos em debate**. Curitiba: Editora UTFPR. 2014. p. 41-50.

BRASIL. **Decreto-lei n. 5.626, de 22 de dezembro de 2005**. Regulamenta a Lei n. 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras, e o art. 18 da Lei n. 10.098, de 19 de dez. 2000. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm)>.



Acesso: 22 dez. 2019.

BRASIL. **Lei federal n. 10.436, de 24 de abril de 2002.** Oficializa a Língua Brasileira de Sinais – Libras. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2002/110436.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110436.htm)>. Acesso: 22 dez. 2019.

BRASIL, E. **Hello, kit: Um olhar cultural, identitário e multimodal sobre a produção de materiais didáticos na Escola Bilíngue - Libras e Português Escrito, no Distrito Federal.** Dissertação apresentada a Universidade de Brasília. Brasília, 2016.

CORREIA, Daniele Tavares de Miranda. **Educação bilíngue: a importância da aquisição da Libras nas escolas públicas do Recife.** Recife: UFPE, 2018.

GESSER, Audrei, 1971. **LIBRAS?: Que língua é essa?: Crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda.** São Paulo: Parábola editorial, 2009.

IESDE BRASIL. Disponível em: <http://professor.pucgoias.edu.br/sitedocente/admin/arquivosUpload/17962/material/Escrita%20de%20%C3%ADn-gua%20de%20sinais.pdf> Acesso em 25 de fev. de 2021.

QUADROS, R. M.; SCHMIEDT, M. L. P. **Ideias para ensinar português para alunos Surdos.** Brasília: MEC, SEESP, 2006.

ROCHA, F. Z. F. **Proposta de um padrão manuscrito para reconhecimento automático dos símbolos do sistema SignWriting (SW).** Tese de doutorado. Universidade Católica de Pelotas, 2003.

SALVIANO, B. N. **O uso do dicionário de língua como instrumento didático no ensino de Língua Portuguesa para alunos surdos: em busca de um bilinguismo funcional.** Dissertação apresentada a Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte: 2014.

SILVA A. K. da; CÓRDULA, E. B. de L. **A Libras e a escrita de sinais.** Revista Educação Pública. 2017. Disponível em: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/17/9/a-libras-e-a-escrita-de-sinais>. Acesso em 25 de fev. 2021.

SILVA, C. D. B. da. et al. **Ensino de línguas para alunos surdos em escolas do Pará e Sergipe.** 2015.

SILVA, E. A. da.; ARAÚJO, M. C. L. S. **Leitura e escrita de surdos: uma maneira de inserção e interação na sociedade.** In: XIII Congresso Nacional de Educação – EDUCERE, 2017.



SILVEIRA, L. C.; CAMPELLO, A. R. e S. **Materiais didáticos em Libras como facilitadores do processo inclusivo.** INES. Revista Espaço. Rio de Janeiro. N. 43. jan-jun 2015.